

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



**Denise Pereira**  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes editoriais**

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

## História: espaços, poder, cultura e sociedade

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Denise Pereira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.  
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

### **CAPÍTULO 2..... 14**

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

### **CAPÍTULO 3..... 23**

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

### **CAPÍTULO 4..... 37**

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

### **CAPÍTULO 5..... 51**

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

### **CAPÍTULO 6..... 64**

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

### **CAPÍTULO 7..... 76**

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

**CAPÍTULO 8..... 87**

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

**CAPÍTULO 9..... 100**

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomy Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

**CAPÍTULO 10..... 107**

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

**CAPÍTULO 11..... 118**

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

**CAPÍTULO 12..... 134**

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

**CAPÍTULO 13..... 149**

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

**CAPÍTULO 14..... 158**

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

**CAPÍTULO 15..... 176**

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva

Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

**CAPÍTULO 16..... 189**

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

**CAPÍTULO 17..... 203**

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

**CAPÍTULO 18..... 216**

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

**CAPÍTULO 19..... 227**

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

**CAPÍTULO 20..... 250**

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

**CAPÍTULO 21..... 259**

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>272</b>
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822">https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>281</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>282</b>

# CAPÍTULO 3

## SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Data de aceite: 24/08/2021

**Robson Roberto da Silva**

Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Assis – SP  
Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)  
Paranavaí – PR  
<http://lattes.cnpq.br/1923494820355348>

**RESUMO:** Esse texto traz importantes informações demográficas, urbanísticas e sociológicas sobre o processo de crescimento populacional e urbano na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesse período, com a vinda massiva dos imigrantes europeus, especialmente dos italianos, mesclando-se com a população brasileira de maioria negra e mestiça, confrontavam-se pela sua sobrevivência, concorrendo pelas vagas de trabalho e de moradias. Esse crescimento demográfico tornou-se desordenado devido à deficiência estrutural da cidade para agregarem essa população. As reformas urbanísticas do início do século XX mostravam a política segregacionista dos governos republicanos, demolindo os cortiços e expulsando suas populações para periferias, mostrando que o desenvolvimento urbano se desenhava através de interesses das classes dominantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crescimento populacional, reformas urbanísticas, segregação social.

### SAO PAULO – A CITY IN THE SOCIO-CULTURAL AND URBAN SEGREGATION PROCESS IN THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

**ABSTRACT:** This text provides important demographic, urban and sociological information about the process of population and urban growth in the city of São Paulo between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. During this period, with the massive arrival of European immigrants, especially Italians, mixing with the Brazilian population of black and mestizo majority, they faced each other for their survival, competing for jobs and housing. This demographic growth became disorderly due to the city's structural deficiency to aggregate this population. The urban reforms of the beginning of the 20th century showed the segregationist policy of republican governments, demolishing the tenements and expelling their populations to the peripheries, showing that urban development was designed through the interests of ruling class

**KEYWORDS:** Population growth, urban reforms, social segregation.

### 1 | A IMIGRAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA POPULAÇÃO NACIONAL

Durante o século XX, a cidade de São Paulo tornou-se sinônimo de desenvolvimento econômico e crescimento urbano. Em poucas décadas deixou de ser uma pequena vila provinciana e entreposto comercial para converter-se na mais importante metrópole do

Brasil. A primeira fase desse desenvolvimento urbanístico e demográfico deu-se no final do século XIX, o número de habitantes multiplicou-se em 20 vezes entre 1890 - 1920 (Quadro – 1).

Ano	População	Período	Percentual
1872	26.020	1872 – 1890	124,78%
1890	64.934	1890 – 1900	200,20%
1900	260.000	1900 – 1910	60,38%
1910	314.000	1910 – 1920	92,58%
1920	581.435	-----	-----

QUADRO 1 – Evolução percentual de população – São Paulo (1872 – 1920).

Fonte: Relatório do crescimento populacional da cidade 1872 – 1920. Secretaria dos Negócios Metropolitanos, p.171 apud SANTOS, 2003, p. 33.

Esse fenômeno social e demográfico se explica pelas intensas transformações que o Brasil vivenciava desde a segunda metade do século XIX. A época da derrocada do sistema escravista coincidiu com o aumento da inserção do industrialismo nas cidades brasileiras e a ascensão do mercado de trabalho livre. Diante de tal configuração socioeconômica, não havia mais espaço na nova sociedade industrial e burguesa para instituições arcaicas como a escravidão. Contudo, o processo de libertação da população negra e mestiça em 1888 não veio acompanhado de plena cidadania, essa população será apartada dos processos produtivos, sociais e políticos, sendo relegados a uma situação de marginalização socioeconômica e urbana. “Nessa época em que a “ciência” passa a ocupar o trono do saber, comanda também mais de perto uma série de submissões: a do negro escravo ou recém-liberto, (...)” (SCHWARCZ, 1987, p. 68). O crescimento industrial impulsionou a expansão urbana da cidade, antes a participação das indústrias na economia era incipiente, porém o aumento na virada do século foi significativo. O desenvolvimento industrial trouxe a modernização da cidade de São Paulo, um sentimento de reformismo urbano e cultural dominou toda a sociedade com as novidades tecnológicas da época: iluminação elétrica, o rádio, o bonde elétrico, telégrafo, automóveis, linhas telefônicas e novos edifícios sendo construídos, etc. São Paulo respirava modernidade e progresso (Imagem – 1).

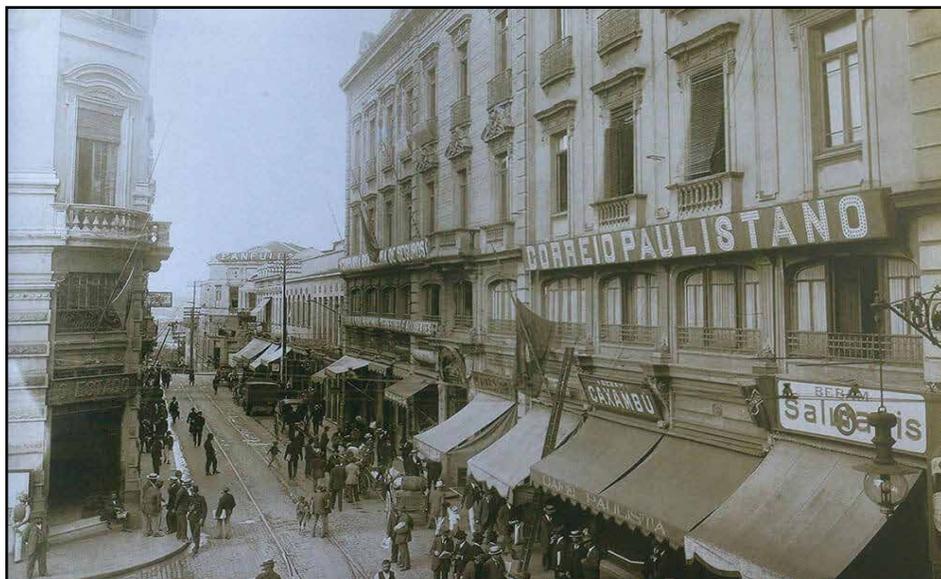


Imagem 1 – Detalhe da fotografia de Aurélio Becherini: Rua João Bricola, centro da cidade de São Paulo (1910). Acervo: Instituto Moreira Salles, São Paulo – SP.

Com o advento da industrialização paulista, houve a necessidade de uma grande quantidade de mão-de-obra operária nas indústrias, assim como para o trabalho nas lavouras cafeeiras no interior do Estado em substituição dos escravos recém-libertados, a solução encontrada foi à imigração europeia, principalmente italiana, para São Paulo. Essa preferência pelos europeus para serem os trabalhadores das fábricas agradavam a sociedade paulista não apenas por motivos econômicos, havia também uma intensa campanha pela introdução do elemento branco na matriz étnica da população, em detrimento dos negros e mestiços. “A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada por um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, (...) “civilizados e laboriosos” trariam sua cultura para desenvolver a nação.” (ROLNICK, 1997, p. 69). Esse discurso enfatizava a purificação racial e cultural da sociedade, onde negros e mestiços eram visto como obstáculo há ser superado. Sendo assim, tanto governo quanto a sociedade não mediram esforços financeiros e estruturais para trazerem a maior quantidade possível de imigrantes europeus para o Estado. (Imagem – 2).



Imagem 2 – Fotografia de Guilherme Gaensly: Imigrantes no pátio central da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (1890). Acervo: Fundação do Patrimônio da Energia de São Paulo - Memorial do Imigrante. São Paulo – SP.

A vinda massiva dos imigrantes europeus, especialmente os italianos para a cidade de São Paulo mudou profundamente o perfil demográfico e étnico da capital paulistana conforme mostra o quadro abaixo (Quadro – 2).

Contingentes Demográficos	Censo de 1886	Censo de 1893
Branco nacionais	24.249	44.748
Branco estrangeiros	12.085	70.978
Negros	3.825	5.920
Mulatos	6.450	8.639

Quadro 2 – Grupos de cor da população de São Paulo (1886 – 1893).

Fonte: FERNANDES, 2008, p. 79.

A mentalidade da superioridade da raça branca em contraste com a inferioridade da raça negra e mestiça será a pedra angular das políticas públicas e sociais dos governos da Primeira República, onde os ex-escravos e libertos terão que carregar o estigma da escravidão, demonstrando que ser liberto não significava necessariamente ser cidadão. “Indolência, nomadismo, desperdício, (...), larga margem de ócio, falta de disciplina, muita dança, fumo, bebida: (...) A figura do ex-escravo fica assim associada ao malandro/vadio/maloqueiro, figura que povoa até hoje nossa mitologia política.” (ROLNIK, 1997, p. 71). Diante de tal difamação, a população negra e mestiça ficou apartada das melhorias urbanísticas, sociais e culturais da modernização da cidade de São Paulo, sendo relegados

a viverem distante dos melhores bairros, empurrados para as periferias. “As oportunidades para os negros em São Paulo eram limitadas. O impacto da imigração no lugar dos negros no mercado de trabalho foi devastador, tanto ideológica quanto quantitativamente.” (ROLNIK, 1997, p. 73). Restavam para eles os piores trabalhos, os serviços mais pesados: carroceiros, limpeza de bueiros e coleta de lixo, além de atividades informais, como vendedores ambulantes. (Imagem – 3).



Imagem 3 – Vincenzo Pastore: Vendedor de vassouras em rua do centro da cidade, provavelmente na Rua Direita, entre as ruas São Bento e Quintino Bocaiúva, 1910. Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo – SP.

Mas, não eram apenas sobre os negros, pardos e mulatos que as autoridades políticas e a intelectualidade paulista desferiram seus ataques cientificistas, todo e qualquer

tipo racial legitimamente nacional entrava na categoria da inferioridade: o caboclo e o caipira (indivíduo típico do interior do Estado) eram taxados como preguiçosos e indolentes. “(...) os nacionais sempre foram encarados como vadios, inaptos para o trabalho (...). Dai a vida errante, utilizando-se dos recursos naturais da terra, (...) Dai a mendicância e indigência de um povo (...) ferrado pela desclassificação social (...)” (ROLNIK, 1997, p. 102). Essas políticas sociais e ideias científicas sobre inferioridade racial colocaram os nacionais numa péssima posição na sociedade. “Considerar vagabundos os que não estivessem assalariados, ou agregados a alguma pessoa ou família era também uma maneira de (...) marginalizar a experiência social e cultural dessa parcela despossuída da população.” (SANTOS, 2003, p. 147). Em todo o percurso da modernização de São Paulo, os negros e mestiços vão ser considerados cidadãos marginalizados.

## **21 A MODERNIZAÇÃO URBANÍSTICA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Foi visto pelos exemplos e dados estatísticos apresentados que houve uma intensa política de distinção social na cidade de São Paulo do início do século XX com relação à população imigrante e nativa incentivada pela sociedade. Todavia, essa diferenciação não ficava limitada as ocupações profissionais, mas também através de uma nítida delimitação geográfica dos bairros e espaços públicos. “Este movimento é fruto de uma das faces dos conflitos urbanos gerados na cidade capitalista: a segregação sócio territorial.” (ROLNIK, 1988, p. 79). Na medida em que a cidade de São Paulo desenvolvia-se urbanisticamente foi incorporando as tendências e aspirações reformistas dos grandes centros europeus, principalmente Paris, onde a sua influência arquitetônica era evidente, especialmente pela “hausmannização”<sup>1</sup> dos espaços urbanos. “(...) se costuma chamar de hausmannização, essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro da capital (...) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado pelas demolições.” (PERROT, 1988, p. 119). A modernização de São Paulo solapava os antigos vestígios da antiga vila provinciana do início do século XIX, destruindo antigas casas e casarões, demolindo bairros inteiros, ampliando ruas e avenidas, reformulando o desenho urbanístico e expulsando seus moradores para as periferias. “São Paulo possuía a feição de uma cidade em obras, passando por constantes remodelações, (...) continuo clima de alterações que contribuiu para a criação de imagens como a cidade que mais cresce no mundo e São Paulo não pode parar.” (SANTOS, 2003, p. 67 – 68). A política de separação das áreas da cidade em espaços bem estruturados para a elite enriquecida pela cafeicultura, os bairros operários ou os cortiços para os trabalhadores imigrantes e as áreas degradadas habitadas pelos nacionais subempregados formaram a tônica desse

<sup>1</sup> O termo hausmannização vem da atuação política do prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann (1853 – 1870) onde durante a sua gestão implantou uma reforma urbanística na cidade parisiense, abrindo largas avenidas e bulevarres, demolindo e reformulando cortiços e bairros perigosos.

período. Segundo Carlos José Ferreira dos Santos:

Ruas, praças, becos, igrejas desapareciam e/ou eram remodelados. Costumes e pessoas eram prescritas, presas e/ou excluídas. Aparentemente, ao findar do século passado e início deste, quase todos os espaços urbanos paulistanos mais centrais vivenciavam essa espécie de “cruzada” em nome de uma eventual civilização, seguindo os modelos europeus contra uma suposta “barbárie” dos não europeus e dos quase não europeus. (SANTOS, 2003, p. 119).

A essência dessa política de segregação sócio espacial da cidade de São Paulo era remodelar e modernizar o centro nos moldes das capitais europeias e redefinir socialmente as regiões urbanas onde habitariam as classes elitizadas nos seus bulevares, as classes trabalhadoras nas vilas operárias e os marginalizados nas periferias. (Imagem – 4) Essa política de segregação urbanística e social pode ser definida por Raquel Rolnik:

A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, (...) ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. (ROLNIK, 1997, p. 13).



Imagem 4 – Fotografia de Guilherme Gaensly: Implantação dos trilhos de bonde na Rua Direita no centro da cidade de São Paulo (1900). Acervo: Instituto Moreira Salles, São Paulo - SP.

O reformismo urbanístico do início do século XX, especialmente na gestão do prefeito Antônio da Silva Prado <sup>2</sup> não visavam apenas o embelezamento arquitetônico da cidade, mas também a sua higienização. “A eugenia era ideia corrente entre teóricos e autoridades e a profilaxia social era praticada cotidianamente.” (SANTOS, 1999, p. 213). Além do discurso hegemônico do cientificismo antropológico e sociológico, que relegava o estigma da inferioridade social e racial as populações negras e mestiças, ainda classificavam-nas como infecciosas ou contagiosas, havendo a necessidade de diagnosticá-los, enquadrá-los e vigiá-los. Segundo Foucault foi nesse período que ganhou força o termo salubridade nas políticas públicas sanitárias:

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública (...) é o controle político-científico deste meio. (FOUCAULT, 1978, p. 93).

Nas primeiras décadas do século XX a cidade São Paulo se transformou numa verdadeira arena de disputas e conflitos por espaços e territórios entre as classes sociais, onde prevaleceram aqueles privilegiados que tinham maior poder político e econômico. “O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos (...), isolá-los, individualizá-los, vigiá-los (...) fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente (...) de todos os fenômenos.” (PERROT, 1988, p. 273). Raquel Rolnik explica essa divisão socioespacial na cidade de São Paulo:

Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir “territórios” distintos. A grosso modo os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e, sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica. (ROLNIK, 1988, p.79).

Os desajustados do processo civilizador eram condenados a habitarem em áreas afastadas do centro. “Na sociedade industrial conquistadora, não há lugar para os marginais.” (PERROT, 1988, p. 273). Pois a presença dessas populações degeneradas poderia ocasionar epidemias ou o desvirtuamento da moralidade, da ordem pública e dos

---

<sup>2</sup> Antônio da Silva Prado (1840-1929) tomou posse (...) no dia 7 de janeiro de 1899, sendo o primeiro a receber o título de prefeito e permaneceu doze anos no cargo, até 15 de janeiro de 1911, (...). Procurou modernizar a cidade, através da construção de pontes e o aterramento de várzeas (...). Foi responsável, em seu mandato, pela implantação do sistema de energia elétrica na cidade, em 1900.

bons costumes da sociedade. “Doença, imoralidade e pobreza se enredaram numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e a doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade.” (ROLNIK, 1997, p. 41). A associação entre pobreza, imoralidade e doença era o senso comum das autoridades e condicionaram as políticas públicas e sanitárias desse período.

O reformismo e a modernização urbanística de São Paulo atuavam principalmente nas áreas consideradas mais degradadas e decadentes, como um corpo ou organismo vivo que precisava se curar de uma moléstia e precisava retirar as partes doentes. “A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar.” (FOUCAULT, 1978, p. 201). As regiões dos bairros frequentados especialmente pelos negros e mestiços e os cortiços habitados pelos imigrantes operários eram as mais difamadas “(...) os cortiços são vistos tanto como um problema de controle social dos pobres quanto como uma ameaça às condições higiênicas da cidade.” (CHALHOUB, 2001, p. 31). Essa seleção se dava pelos altos índices de imoralidade, criminalidade, mendicância e de prostituição. Certas localidades eram bem conhecidas por serem de alta periculosidade e pelas suas mal afamadas atividades ilícitas, como as zonas de meretrício. (Imagem – 6).



Imagem 6 – Fotografia de Vincenzo Pastore: Casario da Rua da Esperança, esquina com a Travessa do Quartel, zona do baixo meretrício, região da atual Praça da Sé. São Paulo (1910). Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo - SP

É interessante observar que a cruzada pela modernização e higienização urbana

concentrou-se mais intensamente nas áreas onde predominava o elemento nacional. Por exemplo, o Largo do Rosário, Vale do Anhangabaú e Sul da Sé, considerados degradados e perigosos pelas autoridades políticas. “De maneira geral, (...), nota-se, a partir dessas imagens do Sul da Sé, que essa região deveria ser frequentada e habitada por uma população no geral pobre e com uma significativa presença da parcela nacional, desde os tempos da escravidão.” (SANTOS, 2003, p. 130). Essa população nacional encontrava nessas áreas um local para suas manifestações sociais e culturais, principalmente atividades de batuque e capoeira negra, que infelizmente destoavam dos compromissos de mudanças urbanísticas. “A delimitação de espaços coletivos, pelo contrário, pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como o fim de um direito costumeiro.” (PERROT, 1988, p. 124). Esforçavam-se em manterem vivos seus costumes, sua cultura e hábitos de vida numa cidade em intensa mutação. “(...), as classes populares opõem uma resistência viva ou surda contra a especialização progressiva e a delimitação de espaços funcionais.” (PERROT, 1988, p. 122). Foi na gestão de Washington Luiz <sup>3</sup> que a política de remodelação e limpeza do centro da cidade intensificou-se, retirando os “inconvenientes” do processo de urbanização da cidade (Imagem – 7). “Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, (...) Daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população.” (FOUCAULT, 1978, p. 90).



Imagem 7 – Fotografia de Aurélio Becherini dos trabalhos de demolição dos prédios desapropriados para o alargamento da Rua Líbero Badaró. São Paulo, 1912. Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo – SP.

<sup>3</sup> Foi atribuída a Washington Luís quando presidente do Estado de São Paulo a lapidar frase das oligarquias brasileiras: “Questão social é questão de polícia”.

Segundo Carlos José Ferreira dos Santos a política de demolições e reurbanização de regiões consideradas decadentes e perigosas, e a expulsão de moradores para áreas periféricas desarticulavam a cultura existente:

A Igreja foi então transferida, por volta de 1903, do Largo do Rosário para o Paissandu, existindo até hoje numa das regiões também tachada como perigosa pelas autoridades, em decorrência dos que a frequentavam. Percebe-se deste modo que, apesar da mudança, a Igreja e seus arredores continuaram sendo um ponto de encontro e de crença da parcela nacional pobre da população. O antigo Largo do Rosário, por sua vez, foi reurbanizado e rebatizado com o nome de um dos prefeitos que mais se empenharam nessa modernização europeizante: Conselheiro Antônio Prado. Agentes da modernização optaram pela destruição não só física, mas também de valores historicamente construídos, buscando a reconstrução sem contradições e procurando oferecer um novo significado àquele espaço. Novamente é possível discutir que a procura pela remodelação arquitetônica de São Paulo esteve relacionada à formulação de uma nova percepção do que deveria ser a cidade e seus lugares, à tentativa de eliminação de tradições inconvenientes e à marginalização dos indesejáveis. (SANTOS, 2003, p.126)

A política de urbanização e modernização da cidade de São Paulo prosseguiu em sua cruzada de higienização dos bairros antigos e populares da Paulicéia durante toda a Primeira República, segregando e isolando regiões inteiras e marginalizando sua população. Paradoxalmente ao movimento de reforma eugênica e urbanística, foi durante esse mesmo período histórico que houve um aumento sem precedentes da construção de aglomerados habitacionais precários e superlotados, conhecidos como cortiços.<sup>4</sup> Localizavam-se principalmente no centro histórico da cidade (Santa Efigênia, Bixiga e Bom Retiro) ou nas regiões industriais (Brás, Mooca, Barra Funda) concentrando as classes trabalhadoras das indústrias. (Imagem-8). “Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era composta de cortiços.” (PINHEIRO & HALL, 1981. p.42). Segundo Lucio Kowarick:

O cortiço é a modalidade de habitação proletária mais antiga em São Paulo. (...), está ligado aos primórdios da industrialização que se iniciou nas últimas décadas do século XIX. A partir desta época, a população da cidade que, em 1890 tinha 65.000 habitantes, aumenta vertiginosamente em decorrência do grande fluxo de imigrantes. (...). Assim, o cortiço desponta e expande-se em decorrência de uma nova relação de exploração, na qual o trabalhador precisa adquirir, com o salário que auferir, os meios de vida para sobreviver. (...) Mão-de-obra sub-remunerada, não tem condições de adquirir ou alugar uma casa, pois o custo da mercadoria habitação transcende em muito o preço da força de trabalho. Desta forma, (...), o cortiço, subdivisão de cômodos em maior número possível de cubículos, aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos. (KOWARICK, 1988, p. 49 – 50).

---

4 Os cortiços também eram uma problemática social na cidade do Rio de Janeiro, tanto que o livro do escritor naturalista Aluizio de Azevedo narrando às características estruturais e sociológicas dos habitantes de um cortiço carioca, foi um enorme sucesso literário no final do século XIX.



Imagem 8 – Fotografia de Geraldo Horácio de Paula Souza: Moradores do cortiço localizado na Rua Conselheiro Ramalho, 232, Bixiga (1920). Acervo: Arquivo da Biblioteca Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.

Pelas descrições de Kowarick, percebesse que o surgimento dos cortiços no final do século XIX estava inserido na lógica do capitalismo: o aumento da produção industrial e a reprodução do proletariado. Sendo assim, atendia uma demanda habitacional para os imigrantes trabalhadores da indústria paulista. Entretanto, as acomodações eram péssimas e as condições higiênicas eram muito precárias. “O cortiço é a longa fila de cômodos geminados, que dão para um pátio ou corredor comum e que tem banheiro, cozinha e tanque coletivos.” (ROLNIK, 1988, p. 80). Apesar de ser o elemento hegemônico, os imigrantes não eram os únicos a constituírem a população dos cortiços, havia também partes das famílias dos nacionais, tornando-se um ambiente bastante heterogêneo. “Alta intensidade de vida social em espaço exíguo. Nele se misturam trabalhadores e vagabundos, famílias e solteiros, negros, brancos e mulatos nascidos no Brasil, bem como portugueses, espanhóis, italianos.” (ROLNIK, 1988, p. 80). Na contramão das construções desses aglomerados habitacionais para o alojamento dos imigrantes, o governo implantou leis que proibiam a construção de cortiços em São Paulo, ironicamente, não eram cumpridas e as autoridades sanitaristas faziam visão grossa, pois se as ditas leis fossem seguidas rigorosamente, os cortiços nem existiriam na cidade de São Paulo.

Evidentemente que nenhuma dessas regras foram obedecidas, pois os cortiços continham todos os aspectos proibitivos mencionados no Código Sanitário, enfim, era uma lei de letra morta. Mas, como pode ser explicada a indulgência do governo e da sociedade em relação aos cortiços, se comparado à demolição e reformulação urbanística dos outros bairros empobrecidos de São Paulo? Possivelmente o fato de a população imigrante ter se fixado nesses lugares tenha sido um dos fatores determinantes, o povo italiano não aceitava passivamente as intervenções do Estado sobre o território deles, sobre sua cultura

e comportamento. Apesar de não terem sofrido intervenções tão radicais como aconteceu nos bairros mais populares, os cortiços também eram alvos de intervenções através da Polícia Sanitária. “Uma das formas de ação sobre o cortiço é a instituição da Polícia Sanitária, órgão criado na última década do século XIX e ligado à Secretaria do Interior, órgão cuja função é penetrar neste local sempre que necessário.” (ROLNIK, 1988, p. 81). A escritora Zélia Gattai em *Anarquistas graças a Deus* descreve os italianos habitantes dos cortiços como pessoas perigosas e encrenqueiras, que expulsavam os servidores públicos de seus domínios urbanos:

Passei a admirar seus moradores desde que soube terem eles destruído uma carrocinha de cachorro, pondo os laçadores a correr debaixo de tabefes e pontapés. Nunca mais voltaram. Polícia não circulava na Caetano Pinto, os habitantes faziam suas próprias leis. Não havia soldado que por ali se aventurasse. População extremamente religiosa, profundamente patriota, de sangue quente. (GATTAI, 1984, p. 85).

Além disso, os italianos formavam a força de trabalho das indústrias paulistas, foram eles, especialmente os anarquistas, que se organizaram e criaram os primeiros sindicatos operários e assim conseguiam barganhar politicamente com o patronato e o governo, algo impossível para os nacionais. Sendo assim, o Estado e a sociedade tinham que intervir nesses territórios “italianos” de forma mais branda e sutil do que ocorrera nas regiões populares citados acima. Com o passar dos tempos, esses cortiços se converteram em bairros italianos tradicionais da Paulicéia, contudo os problemas sociais continuavam, mas o governo não chegou a intervir nesses espaços urbanos. Tanto imigrantes quanto os mestiços eram igualmente pobres, porém, na mentalidade das autoridades políticas e da sociedade paulistana, os italianos eram social e culturalmente mais toleráveis. Munidos desses preconceitos, a população nativa continuará sendo segregada a espaços urbanos cada vez mais distantes dos serviços públicos, relegados a habitarem nas periferias.

Toda cidade moderna teve em algum momento de seu processo histórico uma fase de reestruturação urbana, na qual as classes sociais entram em conflitos para reforçarem suas posições e seus espaços nas cidades. Foi durante as primeiras décadas do século XX que esses conflitos socioculturais e urbanísticos fundamentaram e definiram a configuração populacional e o perfil urbanístico da cidade de São Paulo na atualidade.

## REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e boteco**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª edição. Campinas, SP Editora da Unicamp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e cidade**: São Paulo passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil (1889 – 1930)**: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. Campinas, Brasiliense, 1981.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Coleção Oficina da História).

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Studio Nobel: Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. São Paulo - início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e cidade**: São Paulo passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza 1890 - 1915. São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2003.

SANTOS, Marco A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

### B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

### C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

### D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

### E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

## **F**

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

## **G**

Geoprocementario 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

## **H**

História oral 134

## **I**

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

## **J**

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

## **M**

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

## **N**

Nacionalismo 64

## **P**

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

## **Q**

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

## **R**

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

## **S**

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

## **T**

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

## **V**

Vale do Café 118, 121, 122

## **Z**

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Historia:

Espaços,  
poder,  
cultura e  
sociedade



🌐 [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)  
✉ [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)  
📷 @arenaeditora  
📘 [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021